

RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.544 - SP (2018/0268411-7)

RECORRENTE : PRINTSCAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRAFICOS
TECNICOS EIRELI - EPP
ADVOGADOS : FLAVIO AUGUSTO ANTUNES - SP172627
ALOISIO MASSON - SP204390
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ELISABETE NUNES GUARDADO - SP105818

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PRINTSCAN INDUSTRIA E COMERCIO DE GRAFICOS TECNICOS EIRELI - EPP, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL ICMS EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE Decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade. Insurgência do excipiente.

Cabimento. Matéria unicamente de direito e, portanto, cognoscível “ex officio” Ainda, em casos da espécie arredam-se os juros com base na aludida Lei Estadual nº 13.918/2009, porque superiores à taxa SELIC, por não se poder desconsiderar que o art. 96 da Lei Estadual nº 6.374/1989, na redação conferida pela Lei nº 13.918/2009, prevê os juros de mora incidentes sobre os débitos fiscais de forma abusiva, em total desrespeito à razoabilidade e proporcionalidade que impedem a natureza confiscatória do tributo Desta forma, é imperioso afastar a incidência da taxa dos juros fixada pela Lei Estadual nº 13.918/2009, para que seja aplicada a não excedente àquela cobrada nos tributos federais, ou seja, taxa SELIC Decisão reformada, unicamente, neste tocante. Recurso parcialmente provido, com observação.

Naquele julgado o Tribunal *a quo*, ao dar provimento parcial ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que extinguiu a exceção de pré-executividade, considerou que não ocorrendo a extinção da execução fiscal, mas tão somente, a redução do valor do débito, seria descabida a fixação de honorários advocatícios em desfavor da Fazenda Pública.

No presente recurso especial o recorrente aponta violação ao art. 85, §1º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que apesar de provido em parte o agravo de instrumento, houve um proveito econômico da ordem de R\$ 53.000,00, em função da oposição da exceção de pré-executividade, devendo ser fixados honorários advocatícios em função do referido proveito.

Afirma existir divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão

recorrido.

É o relatório. Decido.

Assiste razão ao recorrente.

Este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacificado no sentido de ser devidos honorários advocatícios na exceção de pré-executividade quando ocorre a extinção, ainda que parcial, do processo executório.

Neste diapasão, confirmam-se, *verbis*:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

1. O julgamento monocrático do recurso especial, com base em verbete sumular e na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, como ocorre na espécie, não constitui ofensa ao princípio da colegialidade, nos termos do art. 932, IV, "a", do CPC/2015 e da Súmula 568/STJ.

2. Consoante a pacífica jurisprudência desta Corte Superior, "o acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo" (AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2009).

3. Considerando que a execução fiscal foi parcialmente extinta por meio de exceção de pré-executividade e diante da pouca complexidade da matéria, entendo adequados os honorários advocatícios fixados no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1228362/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 17/08/2017)

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firme no sentido de ser cabível a condenação em honorários em exceção de pré-executividade, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal.

2. No caso, tendo havido o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade, verifica-se a sucumbência recíproca das partes, devendo os honorários advocatícios ser distribuídos proporcionalmente entre os litigantes, nos termos do art. 21, caput, do CPC/73, o que deverá ser aferido pelo Juízo da Execução.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1616217/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para a fixação dos honorários advocatícios de acordo com a

proporção das respectivas sucumbências.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

